

No. 47298

**Brazil
and
Uruguay**

Agreement on police cooperation in the investigation, prevention and control of criminal acts between the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay (with annexes). Rio Branco, 14 April 2004

Entry into force: *5 October 2008 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 19*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

**Brésil
et
Uruguay**

Accord de coopération policière relatif à la recherche, la prévention et le contrôle des infractions pénales entre la République fédérative du Brésil et la République orientale de l'Uruguay (avec annexes). Rio Branco, 14 avril 2004

Entrée en vigueur : *5 octobre 2008 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 19*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL
EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE
FATOS DELITUOSOS**

A República Federativa do Brasil

e

A República Oriental do Uruguai,
adiante denominadas “Partes”:

Desejosas de contribuir com o desenvolvimento das relações bilaterais;

Interessadas em fortalecer a cooperação policial entre as autoridades competentes das Partes;

De acordo com o espírito de amizade e cooperação manifestado pela autoridades dos dois países no âmbito da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço:

Acordam:

CAPÍTULO I
Abrangência do Acordo

Artigo 1

As Partes, para efeito do presente Acordo, por intermédio das autoridades policiais e no marco de suas respectivas jurisdições e competências, prestar-se-ão cooperarão para prevenir e/ou investigar fatos delituosos, sempre que tais atividades não estejam reservadas pelas leis do Estado requerido a outras autoridades e que o solicitado não viole sua legislação processual ou de fundo.

Artigo 2

Para efeitos do presente Acordo entender-se-á por autoridades competentes as autoridades policiais compreendidas no Anexo I.

Artigo 3

1. A assistência e cooperação compreenderá as situações de interesse mútuo relacionadas com as tarefas de polícia, nas zonas limítrofes.
2. Considera-se compreendido na cooperação policial prevista neste Acordo, todo fato que constitua delito tanto no Estado requerente como no Estado requerido.

Artigo 4

A cooperação será prestada de conformidade com a legislação interna das Partes e compreenderá, nos termos do presente Acordo, a:

- a. O intercâmbio de informações sobre atos preparatórios ou execução de delitos que possam interessar a outra Parte, bem como sobre o *modus operandi* detectado, documentações e certidões para o fim de prevenção de atos ilícitos.
- b. A execução de atividades investigativas e diligências sobre situações ou pessoas imputadas ou presumivelmente vinculadas a fatos delituosos, que serão levadas a cabo pela Parte requerida.

CAPÍTULO II Intercâmbio de Informações

Artigo 5

1. Cada uma das Partes designará um Coordenador Policial de Fronteira pertencentes às Autoridades Policiais, os quais:
 - a. Receberão e darão encaminhamento às solicitações de cooperação policial e intercâmbio de informações contempladas no presente Acordo;
 - b. Supervisionarão e avaliarão periodicamente o funcionamento dos mecanismos estabelecidos;
 - c. Planificarão e proporão às autoridades competentes de seus respectivos Estados os projetos necessários para fortalecer e alcançar uma maior eficácia das medidas contempladas neste Acordo.
2. Será de competência dos Coordenadores a entrega das informações solicitadas, cumprindo suas obrigações em conformidade com as instruções das Partes requerida e requerente, comunicando as autoridades competentes de seus respectivos Estados, sendo-lhes vedada qualquer atuação de forma independente.

Artigo 6

1. O intercâmbio de informação policial a que se refere o artigo precedente será feito através do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do MERCOSUL (SISME), devendo em tal caso ser ratificado por documento original, firmado dentro dos 10 (dez) dias seguintes ao pedido inicial.
2. Até que se implemente o intercâmbio de informação referido acima, as solicitações serão enviadas aos respectivos Coordenadores Policiais de Fronteira por meio de telex, fac-símile, correio eletrônico ou similar.
3. O Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerida dará seguimento à solicitação imprimindo o trâmite urgente, por meio dos mecanismos possíveis.
4. O Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai informarão reciprocamente a designação dos Coordenadores Policiais de Fronteira, bem como as modificações que ocorram, mantendo informadas as Autoridades Policiais de seus respectivos países.

Artigo 7

A informação requerida nos termos do presente Acordo será prestada, de conformidade com as respectivas legislações, nas mesmas condições que as Partes proporcionem a suas próprias autoridades policiais.

Artigo 8

Sem prejuízo do disposto no Artigo 7, a autoridade competente da Parte requerida poderá aprazar o cumprimento da solicitação, ou condicioná-la, nos casos em que interfira com uma investigação em curso no âmbito de sua jurisdição.

Artigo 9

As Partes deverão:

- a. A pedido da Parte requerente, manter o caráter confidencial da solicitação e de sua tramitação. Se não for possível tramitar a solicitação sem violar a confidencialidade, a Parte requerida informará a Parte requerente, que decidirá se mantém a solicitação.
- b. Da mesma forma, a autoridade competente da Parte requerida poderá solicitar que a informação obtida a partir da solicitação tenha caráter confidencial. Neste caso, o requerente deverá respeitar tais condições. Se

não puder aceitá-las comunicará à Parte requerida, que decidirá sobre a prestação ou não da colaboração.

Artigo 10

A pedido do Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerente, o Coordenador da Parte requerida informará, com a brevidade possível, sobre o estágio de cumprimento da solicitação em trâmite.

Artigo 11

As autoridades policiais da Parte requerente, salvo consentimento prévio das autoridades da Parte requerida, somente poderá empregar a informação obtida em virtude do presente Acordo na investigação ou procedimento policial indicado na solicitação.

Artigo 12

A solicitação deverá ser redigida no idioma da Parte requerente e será acompanhada de tradução no idioma da Parte requerida. Por sua vez, as informações originadas como consequência da referida solicitação serão redigidas unicamente no idioma da Parte requerida.

CAPÍTULO III

Perseguição de Delinqüentes

Artigo 13

As autoridades policiais das Partes que, em seu próprio território, estejam perseguindo uma ou mais pessoas que para eludir a ação das autoridades ultrapassem o limite fronteiro, poderão ingressar no território da outra Parte somente para o efeito de requerer à autoridade policial mais próxima o procedimento legal correspondente. De tal solicitação dever-se-á lavrar ata por escrito.

Artigo 14

Efetuada a detenção e/ou apreensão preventiva das pessoas motivo da perseguição, as autoridades policiais da Parte requerida comunicarão o fato, com urgência, às autoridades da Parte requerente. As pessoas detidas e/ou apreendidas preventivamente permanecerão nesta situação conforme as disposições legais estabelecidas no país de detenção.

Artigo 15

No desenvolvimento da investigação de um delito ou na vigilância de uma ou mais pessoas que tenham presumivelmente participado de um fato delituoso e que possam ser objeto de extradição, as autoridades policiais de uma das Partes poderão atuar como observadores no território da outra Parte, mediante prévia solicitação, devidamente autorizada.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

Artigo 16

O presente Acordo não restringirá a aplicação total ou parcial de outros que sobre a mesma matéria tiverem sido firmados ou venham a ser assinados entre as Partes, desde que suas cláusulas sejam mais favoráveis para fortalecer a cooperação mútua em assuntos vinculados às tarefas de polícia em zonas limítrofes.

Artigo 17

1. As controvérsias que surjam entre as Partes por motivo da aplicação, interpretação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo, serão resolvidas por negociações diretas entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai, em um prazo de 90 (noventa) dias.

2. Se decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a controvérsia não tiver sido resolvida através das negociações diretas mencionadas no parágrafo anterior deste artigo, ela será solucionada por via diplomática.

Artigo 18

As partes, através das Autoridades Policiais, se comprometem a estabelecer e manter, nas zonas de fronteira, os sistemas de comunicações mais adequados para os fins do presente Acordo.

Artigo 19

O presente Acordo entrará em vigor (60) sessenta dias após a data em que as Partes trocarem os respectivos instrumentos de ratificação.

Artigo 20

Quaisquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação escrita, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de sua formalização.

Feito em Rio Branco, República Oriental do Uruguai, em 14 de abril de 2004, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI

Didier Opertti Badán
Ministro das Relações
Exteriores

ANEXO I

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL NA INVESTIGAÇÃO,
PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS, ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Coordenadores do Fronteira

- República Federativa do Brasil
Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, sala 428
CEP 70064-900, Brasília – DF

- República Oriental do Uruguai
Ministério do Interior, Direção Nacional de Informação e Inteligência
Endereço: Maldonado 1121, Montevideu - Uruguai

ANEXO II

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL NA INVESTIGAÇÃO,
PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS, ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Nome das Autoridades Policiais comprometidas com os termos do presente Acordo:

Pela República Federativa do Brasil:

- Polícia Federal do Brasil;
- Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

Pela República Oriental do Uruguai

- Polícia Nacional do Uruguai.

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN, PREVENCIÓN
Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

La República Federativa del Brasil

y la República Oriental del Uruguay,
en adelante denominadas “las Partes”:

Deseosas de contribuir al desarrollo de las relaciones bilaterales;

Interesadas en fortalecer la cooperación policial entre las autoridades competentes
de las Partes;

De acuerdo con el espíritu de amistad y cooperación manifestado por las
autoridades de ambos países en el marco de la Nueva Agenda de Cooperación y
Desarrollo Fronterizo;

Acuerdan:

CAPÍTULO I

Alcance del Acuerdo

Artículo 1

Las Partes a los fines del presente Acuerdo, por intermedio de las autoridades policiales y en el marco de sus respectivas jurisdicciones y competencias, se prestarán cooperación para prevenir y/o investigar hechos delictivos, siempre que tales actividades no estén reservadas por las leyes del Estado requerido a otras autoridades y que lo solicitado no viole su legislación procesal o de fondo.

Artículo 2

A los efectos del presente Acuerdo se entenderá por autoridades competentes a las autoridades policiales comprendidas en el Anexo I.

Artículo 3

1. La asistencia y cooperación comprenderá las situaciones de interés mutuo relacionadas con las tareas de policía, en las zonas limítrofes.
2. Se considera comprendido en la cooperación policial prevista en este Acuerdo, todo hecho que constituya delito tanto en el Estado requirente como en el Estado requerido.

Artículo 4

La cooperación será prestada, conforme lo permita la legislación interna, la que sometida a las condiciones que se establecen en el presente Acuerdo, estará referida a:

- a. El intercambio de información sobre actos preparatorios o ejecución de delitos que puedan interesar a la otra Parte, como asimismo el modus operandi detectado, documentaciones y certificaciones a los fines de la prevención de hechos ilícitos.
- b. La ejecución de actividades investigativas y diligencias sobre situaciones o personas ímputadas o presuntamente vinculadas en hechos delictivos, las que serán llevadas a cabo por la Parte requerida.

CAPÍTULO II

Intercambio de Información

Artículo 5

Cada una de las partes designará un Coordinador Policial de Frontera perteneciente a las autoridades policiales, los cuales:

- a. Recibirán y encaminarán las solicitudes de cooperación policial e intercambio de información que se contemplan en el presente Acuerdo;
- b. Supervisarán y evaluarán periódicamente el funcionamiento de los mecanismos establecidos;
- c. Planificarán y propondrán a las autoridades competentes de sus respectivos Estados los proyectos necesarios para fortalecer y alcanzar una mayor eficacia de las medidas contempladas en este Acuerdo.

La competencia de los Coordinadores incluirá la entrega de las informaciones solicitadas, cumpliendo sus obligaciones de conformidad con las instrucciones de las Partes requerida y requirente, comunicando a las autoridades competentes de sus respectivos Estados, quedando éstos impedidos de realizar cualquier actuación en forma independiente.

Artículo 6

1. El intercambio de información policial al que refiere el artículo precedente se realizará a través del Sistema de Intercambio de Información de Seguridad del MERCOSUR (SISME), debiendo en tal caso ser ratificado por documento original firmado dentro de los 10 (diez) días siguientes al pedido inicial.
2. Hasta que se implemente el sistema de intercambio de información precedentemente referido, las solicitudes serán enviadas a los Coordinadores Policiales de Frontera respectivos por intermedio de telex, fax, correo electrónico o similar.
3. El Coordinador Policial de Frontera de la Parte requerida tramitará la solicitud asignándole el carácter de urgente despacho, a partir de la instrumentación de un mecanismo que lo haga posible.
4. El Ministerio de Justicia del Brasil y el Ministerio del Interior del Uruguay se comunicarán la designación de los Coordinadores Policiales de Frontera así como las modificaciones que se produjeren, manteniendo informadas de ello a las autoridades policiales de sus respectivos países.

Artículo 7

La información requerida en los términos del presente Acuerdo será suministrada, de conformidad a las respectivas legislaciones, en las mismas condiciones que se proporcionan a sus propias autoridades policiales.

Artículo 8

Sin perjuicio de lo expresado en el artículo 7, la autoridad competente de la Parte requerida podrá aplazar el cumplimiento de la solicitud, o sujetarla a condiciones, en caso de que interfiera con una investigación en curso en el ámbito de su jurisdicción.

Artículo 9

Las Partes deberán:

- a. A pedido de la Parte requirente, mantener el carácter confidencial de la solicitud y de su tramitación. Si la solicitud no puede tramitarse sin violar la confidencialidad, la Parte requerida informará de ello a la Parte requirente la que decidirá si mantiene vigente la solicitud.
- b. De igual manera, la autoridad competente de la Parte requerida podrá solicitar que la información obtenida a partir de la solicitud tenga carácter confidencial. En tal caso, el requirente respetará dichas condiciones. Si no pudiere aceptarlas lo comunicará a la Parte requerida, la que decidirá sobre la prestación o no de la colaboración.

Artículo 10

A pedido del Coordinador Policial de Frontera de la parte requirente, el Coordinador de la Parte requerida informará, a la brevedad, sobre el estado de cumplimiento alcanzado con referencia a la solicitud tramitada.

Artículo 11

Las autoridades policiales de la Parte requirente, salvo consentimiento previo de las autoridades de la Parte requerida, sólo podrán emplear la información obtenida en virtud del presente Acuerdo en la investigación o procedimiento policial indicado en la solicitud.

Artículo 12

La solicitud deberá redactarse en el idioma de la Parte requirente y será acompañada de una traducción al idioma de la Parte requerida. A su vez, los informes originados como consecuencia de la referida solicitud, serán redactados únicamente en el idioma del Estado requerido.

CAPÍTULO III

Persecución de Delincuentes

Artículo 13

Los funcionarios de las autoridades policiales de las Partes que, en su propio territorio, estén persiguiendo a una o más personas que para eludir la acción de tales autoridades traspasaran el límite fronterizo, podrán ingresar al territorio de la

otra Parte al solo efecto de requerir a la autoridad policial más próxima el procedimiento legal correspondiente. De la solicitud deberá labrarse acta por escrito.

Artículo 14

Concretada la detención y/o aprehensión preventiva de las personas motivo de la persecución, las autoridades policiales de la Parte requerida comunicarán en forma urgente a las autoridades de la Parte requirente. Las personas detenidas y/o aprehendidas preventivamente permanecerán en dicha situación conforme a las disposiciones legales establecidas en el país de detención.

Artículo 15

Las autoridades policiales de una de las Partes en el desarrollo de la investigación de un delito o vigilancia de una o más personas que presuntamente hayan participado en un hecho delictivo y que pueda ser objeto de extradición, podrán actuar como observadores en el territorio de la otra Parte previa autorización de las autoridades de esta última.

CAPÍTULO IV

Disposiciones Finales

Artículo 16

El presente Acuerdo no restringirá la aplicación total o parcial de otros que sobre la misma materia hubieran sido suscritos o pudieran suscribirse entre las Partes, en tanto sus cláusulas resultaren más favorables para fortalecer la cooperación mutua en asuntos vinculados a las tareas de policía en zonas limítrofes.

Artículo 17

1. Las controversias que surjan entre las Partes con motivo de la aplicación, interpretación o incumplimiento de las disposiciones contenidas en el presente Acuerdo, serán resueltas por negociaciones directas entre el Ministerio de Justicia de Brasil y el Ministerio del Interior de Uruguay, en un plazo de 90 (noventa) días.

2. Si vencido ese plazo la controversia no hubiera sido resuelta mediante las negociaciones directas aludidas en el párrafo anterior de este artículo, ella será solucionada por la vía diplomática.

Artículo 18

Las Partes, a través de las autoridades policiales se comprometen a establecer y mantener, en la zona de frontera, los sistemas de comunicaciones más adecuados a los fines del presente Acuerdo.


Artículo 19

El presente Acuerdo entrará en vigor 60 (sesenta) días después de la fecha en que las Partes intercambien los respectivos instrumentos de ratificación.

Artículo 20

Cualquiera de las partes signatarias podrá denunciarlo, mediante notificación escrita dirigida a la otra por vía diplomática, con 6 (seis) meses de anticipación.

Hecho en Rio Branco, República Oriental del Uruguay, el 14 de abril de 2004, en dos ejemplares originales, en español y portugués, ambos textos igualmente auténticos.



POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

Celso Amorim
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



POR LA REPUBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY

Didier Opertti Badán
Ministro das Relações
Exteriores

ANEXO I

**ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN,
PREVENCIÓN Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS, ENTRE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY.**

Coordinadores de Frontera

- República Federativa del Brasil

Ministerio da Justicia - Secretaría Nacional de Justicia

Dirección Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Edificio Sede, sala 428
(CP 70064-900) Brasília – DF.

- República Oriental Del Uruguay

Ministerio del Interior - Dirección Nacional de Información e Inteligencia

Dirección Postal: Maldonado 1121 – Montevideo – Uruguay.

ANEXO II

**ACUERDO SOBRE COOPERACIÓN POLICIAL EN LA INVESTIGACIÓN,
PREVENCIÓN Y CONTROL DE HECHOS DELICTIVOS, ENTRE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY.**

Nómina de las Autoridades Policiales comprometidas en los términos del presente Acuerdo:

Por la República Federativa del Brasil

- Policía Federal del Brasil;
- Secretaria de Justicia y Seguridad de Rio Grande del Sur.

Por la República Oriental del Uruguay

- Policía Nacional del Uruguay

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT ON POLICE COOPERATION IN THE INVESTIGATION,
PREVENTION AND CONTROL OF CRIMINAL ACTS BETWEEN THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE EASTERN REPUBLIC
OF URUGUAY

The Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay, hereinafter referred to as “the Parties”,

Desiring to contribute to the development of bilateral relations,

Interested in strengthening police cooperation between the competent authorities of the Parties,

In accordance with the spirit of friendship and cooperation manifested by the authorities of the two countries within the framework of the New Agenda for Border Cooperation and Development,

Have agreed as follows:

CHAPTER I. SCOPE OF THE AGREEMENT

Article 1

For the purposes of this Agreement, the Parties, through their police authorities and within the framework of their respective jurisdictions and competence, shall cooperate with each other to prevent and/or investigate criminal acts, provided that such activities are not assigned to other authorities by the laws of the requested State and that the request does not violate that State’s procedural or substantive legislation.

Article 2

For the purposes of this Agreement, competent authorities shall mean the police authorities included in Annex I.

Article 3

1. Assistance and cooperation shall be provided in situations of mutual interest related to police duties in the border areas.

2. Any act that constitutes a crime in both the requesting State and the requested State shall be considered to be an aspect of the intentions contained herein the police cooperation provided for in this Agreement.

Article 4

The cooperation provided, which must be permissible under domestic legislation and is subject to the conditions established in this Agreement, shall refer to:

- (a) The exchange of information on the preparation or commission of crimes that may be of interest to the other Party, as well as the modus operandi detected, documentation and certification for the purposes of preventing illicit acts;
- (b) The execution of investigative activities and proceedings by the requested Party with respect to situations or accused persons presumed to be linked to the criminal acts.

CHAPTER II. EXCHANGE OF INFORMATION

Article 5

Each of the Parties shall designate a Border Police Coordinator from among the police authorities, who shall:

- (a) Receive and channel requests for police cooperation and the exchange of information contemplated in this Agreement;
- (b) Supervise and periodically evaluate the functioning of the established mechanisms;
- (c) Plan and propose to the competent authorities of their respective States such projects as are necessary to strengthen and enhance the effectiveness of the measures contemplated in this Agreement.

The Coordinators shall be competent to deliver the information requested, fulfilling their obligations in accordance with the instructions of the requested Party and the requesting Party, and communicating with the competent authorities of their respective States, which shall be prohibited from taking any action independently.

Article 6

1. The exchange of police information referred to in the preceding Article shall be executed through the System for the Exchange of Security Information (SISME) of the Southern Common Market (MECOSUR), and must, in such case, be ratified by the original signed document within ten (10) days of the initial request.

2. Until such time as the aforementioned system for the exchange of information is operational, requests shall be sent to the respective Border Police Coordinators by telex, fax, e-mail or similar means of communication.

3. The Border Police Coordinator of the requested Party shall transmit the request as an urgent dispatch through the operating mechanism.

4. The Ministry of Justice of Brazil and the Ministry of the Interior of Uruguay shall communicate to each other the designation of the Border Police Coordinators and any changes that occur, and keep the police authorities of their respective countries informed.

Article 7

The information requested under the terms of this Agreement shall be provided, in accordance with the respective legislations, under the same conditions as it is provided to their own police authorities.

Article 8

Without prejudice to the provisions of Article 7, the competent authorities of the requested Party may defer fulfilment of the request or subject it to certain conditions should it interfere with an investigation already under way within its jurisdiction.

Article 9

The Parties must:

(a) At the request of the requesting Party, maintain the confidentiality of the request and its processing. If the request cannot be processed without violating its confidentiality, the requested Party shall so inform the requesting Party, which shall decide whether it wishes to maintain its request;

(b) Similarly, the competent authority of the requested Party may request that the information obtained in response to the request remain confidential. In such case, the requesting Party shall respect those conditions. If it is unable to accept them, it shall so communicate to the requested Party, which shall decide whether or not it will collaborate.

Article 10

At the request of the Border Police Coordinator of the requesting Party, the Coordinator of the requested Party shall report at the earliest possible date on the status of fulfilment of the request submitted.

Article 11

Unless they have the prior consent of the authorities of the requested Party, the police authorities of the requesting Party may use information obtained under this Agreement solely in the investigation or police proceeding indicated in the request.

Article 12

The request must be formulated in the language of the requesting Party and shall be accompanied by a translation into the language of the requested Party. In turn, reports generated by the request shall be drafted only in the language of the requested State.

CHAPTER III. PURSUIT OF CRIMINALS

Article 13

Members of the police authorities of the Parties who, in their own territory, are pursuing one or more persons who may have crossed the border in order to escape action by those authorities, may enter the territory of the other Party for the sole purpose of requesting the nearest police authority to initiating the appropriate legal procedure. The request must subsequently be put in writing.

Article 14

Following the arrest and/or preventive detention of the persons being pursued, the police authorities of the requested Party shall urgently contact the authorities of the requesting Party. The persons who have been arrested or placed in preventive detention shall remain in that situation in accordance with the legal provisions established in the country of detention.

Article 15

The police authorities of one of the Parties, in carrying out the investigation of a crime or holding in custody one or more persons presumed to have participated in a criminal act and who may be subject to extradition, may act as observers in the territory of the other Party upon authorization by the authorities of that Party.

CHAPTER IV. FINAL PROVISIONS

Article 16

This Agreement shall not restrict the application, in part or in full, of others which may have been signed or may be signed between the Parties on the same matter, provided that their provisions are more favourable for strengthening mutual cooperation with regard to policing duties in border areas.

Article 17

1. Any disputes that may arise between the Parties concerning the application, interpretation or failure to comply with the provisions of this Agreement shall be settled by direct negotiations between the Ministry of Justice of Brazil and the Ministry of the Interior of Uruguay, within a period of ninety (90) days.

2. If, by the end of that period, the dispute has not been settled through the direct negotiations referred to in the preceding paragraph of this Article, it shall be settled through the diplomatic channel.

Article 18

The Parties, through their police authorities, undertake to establish and maintain in the border area the systems of communication best adapted to the objectives of this Agreement.

Article 19

This Agreement shall enter into force sixty (60) days from the date on which the Parties exchange their respective instruments of ratification.

Article 20

Either of the Parties may denounce it by giving written notification to the other through the diplomatic channel six (6) months in advance.

DONE in Rio Branco, Eastern Republic of Uruguay, on 14 April 2004 in duplicate in Portuguese and Spanish, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

Minister of State of Foreign Affairs

For the Eastern Republic of Uruguay:

DIDIER OPERTTI BADÁN

Minister of Foreign Affairs

ANNEX I

AGREEMENT ON POLICE COOPERATION IN THE INVESTIGATION,
PREVENTION AND CONTROL OF CRIMINAL ACTS BETWEEN THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE EASTERN REPUBLIC
OF URUGUAY

Border Coordinators

- Federative Republic of Brazil:

Ministry of Justice – National Secretariat of Justice

Mailing address: Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Edifício Sede, sala 428
(CP 70064-900) Brasília – FD.

- Eastern Republic of Uruguay:

Ministry of the Interior – National Directorate of Information and Intelligence

Mailing address: Maldonado 1121 – Montevideo – Uruguay

ANNEX II

AGREEMENT ON POLICE COOPERATION IN THE INVESTIGATION,
PREVENTION AND CONTROL OF CRIMINAL ACTS BETWEEN THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE EASTERN REPUBLIC
OF URUGUAY

Police authorities designated under this Agreement:

For the Federative Republic of Brazil:

- Federative Police of Brazil
- Secretariat of Justice and Security of Rio Grande del Sur

For the Eastern Republic of Uruguay:

- National Police of Uruguay

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION POLICIÈRE RELATIF À LA RECHERCHE,
LA PRÉVENTION ET LE CONTRÔLE DES INFRACTIONS PÉNALES
ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPU-
BLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY

La République fédérative du Brésil et la République orientale de l'Uruguay, ci-après dénommées « les Parties »,

Désireuses de contribuer au développement des relations bilatérales,

Intéressées par le renforcement de la coopération policière entre les autorités compétentes des Parties,

Conformément à l'esprit d'amitié et de coopération qui anime les autorités des deux pays dans le cadre du nouveau programme de coopération et de développement frontalier,

Conviennent comme suit :

CHAPITRE I. PORTÉE DE L'ACCORD

Article premier

Les Parties, aux fins du présent Accord, par l'entremise des autorités policières et dans le cadre de leurs juridictions et compétences respectives, coopéreront mutuellement pour prévenir et enquêter sur les infractions pénales, pour autant que ces activités ne relèvent pas de la compétence exclusive d'autres autorités, selon la législation de l'État requis, et que la demande de coopération ne viole pas sa législation en matière de procédures ou de fond.

Article 2

Pour la réalisation des objectifs du présent Accord, on entend par autorités compétentes les autorités policières mentionnées dans l'Annexe I.

Article 3

1. L'assistance et la coopération visent les situations d'intérêt mutuel liées aux tâches dévolues à la police dans les zones limitrophes.

2. Est considéré comme faisant partie de la coopération policière prévue dans cet Accord tout fait qui constitue une infraction tant dans l'État requérant que dans l'État requis.

Article 4

La coopération se fera, conformément à ce que permet la législation interne, dans les conditions prévues par le présent Accord, dans les domaines suivants :

a. L'échange de renseignements relatifs aux actes préparatoires ou à la commission d'infractions qui peuvent intéresser l'autre Partie, ainsi qu'au mode opératoire identifié et les documents et certificats qui y sont liés, afin d'assurer la prévention de faits illicites;

b. Les activités d'enquête et les diligences concernant des situations ou des personnes inculpées ou prétendument liées à des infractions pénales seront menées par la Partie requise.

CHAPITRE II. ÉCHANGE DE RENSEIGNEMENTS

Article 5

Chacune des Parties désignera un Coordonnateur policier frontalier appartenant aux autorités policières. Ceux-ci :

a. Recevront et achemineront les requêtes de coopération policière et d'échange de renseignements visées par le présent Accord;

b. Superviseront et évalueront périodiquement le fonctionnement des mécanismes établis;

c. Planifieront et proposeront aux autorités compétentes de leurs États respectifs les projets nécessaires pour renforcer et obtenir une meilleure efficacité des mesures prévues par cet Accord.

Les Coordonnateurs seront également compétents pour transmettre les informations demandées, répondant ainsi aux obligations conformément aux instructions de la Partie requise et de la Partie requérante, en informant les autorités compétentes de leurs États respectifs, ces derniers étant empêchés d'agir de manière indépendante.

Article 6

1. L'échange de renseignements policiers auquel fait référence l'article qui précède se fera au travers du Système d'échange de renseignements de sécurité du MERCOSUR (SISME), et devra être ratifié dans un document original signé dans un délai de dix (10) jours suivant la demande initiale.

2. Jusqu'à ce que le système d'échange d'information mentionné plus haut soit mis en œuvre, les requêtes devront être envoyées aux Coordonnateurs policiers frontaliers de chacune des Parties, par télex, fax, courrier électronique ou tout autre moyen similaire.

3. Le Coordonnateur policier frontalier de la Partie requise traitera la demande en lui attribuant un caractère urgent, au travers de la mise en place d'un mécanisme qui le permette.

4. Le Ministère de la justice du Brésil et le Ministère de l'intérieur de l'Uruguay se communiqueront mutuellement la désignation des Coordonnateurs policiers frontaliers, ainsi que les modifications qui pourraient se produire, en maintenant informées les autorités policières de leurs pays respectifs.

Article 7

Les renseignements requis dans le cadre de l'exécution du présent Accord seront fournis, conformément aux législations respectives, dans les mêmes conditions qu'ils seraient fournis à leurs propres autorités policières.

Article 8.

Sans préjudice des dispositions de l'article 7, l'autorité compétente de la Partie requise pourra reporter l'exécution de la requête, ou la soumettre à d'autres conditions dans le cas où celle-ci interférerait avec une enquête en cours dans le cadre de sa juridiction.

Article 9

Les Parties devront :

a) À la demande de la Partie requérante, garder le caractère confidentiel de la requête et son traitement. Si la requête ne peut être traitée sans violer la confidentialité, la Partie requise en informera la Partie requérante qui décidera si elle maintient ou non sa requête;

b) De la même manière, l'autorité compétente de la Partie requise pourra demander que l'information obtenue à la suite de la requête revête un caractère confidentiel. Dans ce cas, la Partie requérante respectera lesdites conditions. Si la Partie requérante ne peut l'accepter, elle en informera la Partie requise, qui décidera si elle donne suite ou non à l'exécution de la collaboration.

Article 10

À la demande du Coordonnateur policier frontalier de la Partie requérante, le Coordonnateur de la Partie requise rendra compte, dans les meilleurs délais, de l'état d'avancement de la requête en cours.

Article 11

Les autorités policières de la Partie requérante, sauf consentement préalable des autorités de la Partie requise, ne pourront utiliser l'information obtenue en application du présent Accord qu'aux fins de l'enquête ou des poursuites mentionnées dans la requête.

Article 12

La requête devra être rédigée dans la langue de la Partie requérante et sera accompagnée d'une traduction dans la langue de la Partie requise. À leur tour, les rapports produits à la suite de cette requête seront rédigés uniquement dans la langue de la Partie requise.

CHAPITRE III. POURSUITES DES CRIMINELS

Article 13

Les fonctionnaires des autorités policières des Parties qui, sur leur propre territoire, sont à la poursuite d'une ou de plusieurs personnes, et qui pour poursuivre leur action doivent dépasser la limite frontalière, pourront pénétrer sur le territoire de l'autre Partie à condition d'en faire la demande auprès de l'autorité policière la plus proche conformément à la procédure juridique correspondante. Cette demande devra faire l'objet d'un acte écrit.

Article 14

Une fois concrétisée l'arrestation ou la détention préventive des personnes visées par la poursuite, les autorités policières de la Partie requise en informeront de manière urgente les autorités de la Partie requérante. Les personnes arrêtées ou détenues préventivement le resteront conformément aux dispositions légales en vigueur dans le pays de détention.

Article 15

Les autorités policières de l'une des Parties, dans le cadre de l'enquête concernant une infraction, ou la surveillance d'une ou de plusieurs personnes qui sont soupçonnées d'avoir commis une infraction pénale et qui pourrait faire l'objet d'une extradition, pourront agir en qualité d'observateur sur le territoire de l'autre Partie, sur autorisation préalable des autorités de cette dernière.

CHAPITRE IV. DISPOSITIONS FINALES

Article 16

Le présent Accord ne restreint pas l'application totale ou partielle d'autres accords qui auraient été signés en la matière ou qui pourraient être signés entre les Parties, même si ses clauses devaient s'avérer plus favorables au renforcement de la coopération mutuelle dans les domaines liés aux tâches policières dans les zones limitrophes.

Article 17

1. Les différends qui pourraient découler entre les Parties de l'application, de l'interprétation ou du non respect des dispositions du présent Accord, seront réglés au travers de négociations directes entre le Ministère de la justice du Brésil et le Ministère de l'intérieur de l'Uruguay, dans un délai de quatre-vingt-dix (90) jours.

2. Une fois dépassé ce délai, le différend qui n'aurait pas été réglé au travers de négociations directes tel que mentionné dans le point précédent du présent article, devra être résolu par la voie diplomatique.

Article 18

Les Parties, par l'intermédiaire des autorités policières, s'engagent à établir et à maintenir, dans la zone frontalière, les systèmes de communication les plus adéquats aux fins du présent Accord.

Article 19

Le présent Accord entrera en vigueur soixante (60) jours après la date à laquelle les Parties échangeront les instruments de ratification respectifs.

Article 20

L'une ou l'autre Partie pourra le dénoncer, moyennant notification écrite adressée à l'autre par la voie diplomatique, avec un préavis de six (6) mois.

FAIT à Rio Branco, République orientale de l'Uruguay, le 14 avril 2004, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Ministre d'État des affaires étrangères

Pour la République orientale de l'Uruguay :

DIDIER OPERTTI BADÁN

Ministre des affaires étrangères

ANEXE I

ACCORD DE COOPÉRATION POLICIÈRE RELATIF À LA RECHERCHE,
LA PRÉVENTION ET LE CONTRÔLE DES INFRACTIONS PÉNALES
ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE
ORIENTALE DE L'URUGUAY

Coordonnateurs frontaliers

- République fédérative du Brésil :

Ministère de la justice – Secrétariat national de justice

Adresse postale : Esplanada dos Ministerios, Bl. T, Edifício Sede, sala 428

(CP 70064-900) Brasilia – DF

- République orientale de l'Uruguay :

Ministère de l'intérieur – Direction nationale de l'information et de l'intelligence

Adresse postale : Maldonado 1121 – Montevideo – Uruguay

ANNEXE II

ACCORD DE COOPÉRATION POLICIÈRE RELATIF À LA RECHERCHE,
LA PRÉVENTION ET LE CONTRÔLE DES INFRACTIONS PÉNALES
ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPU-
BLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY

Nomination des autorités policières engagées aux termes du présent Accord :

Pour la République fédérative du Brésil :

- Police fédérale du Brésil
- Secrétariat de justice et sécurité de Rio Grande du Sud

Pour la République orientale de l'Uruguay :

- Police nationale de l'Uruguay